



Matrizes

ISSN: 1982-2073

ISSN: 1982-8160

matrizes@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Leda F. Rocha, Larissa

**Como ser cidadão: política, globalização e algoritmos**

Matrizes, vol. 14, núm. 2, 2020, Maio-, pp. 327-332

Universidade de São Paulo

Brasil

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i2p327-332>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143066518004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

UAEM  [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

# Como ser cidadão: política, globalização e algoritmos

*How to be a citizen: politics, globalization and algorithms*

LARISSA LEDA F. ROCHA <sup>a</sup>

Universidade Federal do Maranhão, Departamento de Comunicação Social. São Luís – MA, Brasil

García Canclini, N. (2019).

*Ciudadanos reemplazados por algoritmos.*

Calas. 174 p.

ISBN: 978-3-8394-4891-5.

## RESUMO

Este trabalho trata-se de uma resenha crítica do livro *Ciudadanos reemplazados por algoritmos*, publicado por Néstor García Canclini, em 2019. Na obra, o autor discute, em forma de ensaio, como ser cidadão no capitalismo global e eletrônico em um contexto no qual se reorganizam conceitos, antes seguros, de cidadania, política e globalização. Quando os sistemas tradicionais de fazer política parecem falhar, o autor busca compreensão, respostas e saídas nas novas formas de participação e reivindicação, nos jovens e nas culturas do hackeamento, atentando para a perigosa combinação da opacidade dos algoritmos e da transparência dos nossos dados.

**Palavras-chave:** Cidadania, política, algoritmos

<sup>a</sup> Professora da UFMA.  
Membro do Observatório Ibero-americano de Ficção Televisiva, OBITEL, e da Rede Obitel Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6930-3435>. E-mail: [larissa.leda@ufma.br](mailto:larissa.leda@ufma.br)

## ABSTRACT

This work is a critical review of the book *Ciudadanos reemplazados por algoritmos*, published by Néstor García Canclini, in 2019. In the work, the author discusses, as in the form of an essay, how to be a citizen in the context of global and electronic digital capitalism, in a context in which rearranges, previously solidified, concepts of citizenship, politics, and globalization are reorganized. When traditional systems of making politics seem to fail, the author seeks for understandings, answers, and solutions in the new forms of participation and claim, in young people, and in hacking cultures, focusing attention on the dangerous combination of algorithmic of the opacity of the algorithms and the data transparency of our data.

**Keywords:** Citizenship, politics, algorithms

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i2p327-332>

<sup>1</sup> “Cidadãos substituídos por algoritmos”, em tradução livre.

**I**NICIADOS EM OUTUBRO de 2019, os protestos no Chile – tido como o país mais próspero da América do Sul e o primeiro a submeter-se a um neoliberalismo ortodoxo – aconteceram depois de García Canclini finalizar a escrita de *Ciudadanos reemplazados por algoritmos* (2019)<sup>1</sup>. A deflagração dos atos chilenos foi encabeçada por jovens estudantes contra o aumento na tarifa do transporte público, passou por reivindicações mais específicas (como em relação à saúde), mais difusas (exigências de dignidade) e, por fim, escalonou para demandas, aceitas, de revisão da constituição nacional, uma herança do governo ditatorial de Pinochet.

O presidente da república, Sebastián Piñera, que inicialmente declarou que o país estava em guerra (Montes, 2019a), acabou por pedir perdão pela falta de visão em relação aos problemas sociais, em um cenário no qual “toda a classe política parece alvo de uma insatisfação popular generalizada” (Montes, 2019b). Sem dúvida, o Chile escancara e deixa evidentes perguntas que orientam García Canclini em sua obra: quais são as alternativas que nos restam diante de um capitalismo global e eletrônico, um espaço público opaco e distante no qual os usos neoliberais das tecnologias mantêm e fazem crescer as desigualdades crônicas do capital? Qual o lugar do cidadão e do voto diante de tal despossessão? Afinal, como repensar as questões da sociologia política a partir da perspectiva dos cidadãos? O que estão sentindo, vivendo, experimentado sobre as novas maneiras de se comunicar?

É justamente com atenção dedicada ao que acontece na América Latina e como respondem seus cidadãos à insegurança, precariedades no trabalho, desempregos, desconfiças com os mecanismos tradicionais da política e usos das redes para mobilizações que García Canclini (2019) desenvolve um texto ensaístico e faz uma leitura preciosa de eventos políticos e sociais recentes, como o *Ele Não*, durante as eleições presidenciais de 2018 no Brasil, e o *YoSoy132*, à época das eleições presidenciais mexicanas, em 2012. A escolha pelo ensaio é dada, a partir do sentido proposto por Adorno, como “algo que se expõe para mostrar sua complexidade, por que não se pode explicar”<sup>2</sup> (p. 24).

<sup>2</sup> No original: “Algo que se expone para mostrar su complejidad, porque no se puede explicar”. Esta e demais traduções, da autora.

Mas o que pode conectar movimentos heterogêneos em países com características próprias, como Chile, Brasil e México? Para o autor, a globalização, econômica e comunicacional, é um lugar no qual são compartilhadas crises, confusões das elites e dos setores populares que não sabem como fazer o social. Está em decomposição um sistema global que acreditávamos que funcionasse: experimentamos uma *descidanização* transnacional. Há diferentes causas, mas três razões podem ser apontadas: a elitização dos partidos e sua desconexão das bases sociais; a mercantilização dos meios, os quais têm sua função social reduzida; e a percepção cidadã de que seus protestos e sofrimentos não encontram

espaço de escuta junto aos poderes públicos. Trata-se de uma decomposição da ideia de democracia, em seu sentido moderno, perdendo coerência diante de uma política na qual se desfazem os acordos entre Estados, empresas e direitos sociais. Estamos, alerta García Canclini (2019, pp. 15-16), além da pluralidade de sentidos pensada nos primeiros anos da internet ou da fragmentação multi-cultural celebrada pelo pós-modernismo, e precisamos debater a sobrevivência da política partidária, daí também a ideia de *despolitização*; sobre a insuficiente visão tecnocrática que entende ser possível confiar a organização da sociedade aos algoritmos imaginados como neutros e assumir que o GAFA (Google, Apple, Facebook e Amazon) e seus algoritmos, ao reformatar o poder econômico-político, redefinem o sentido social de hábitos, trabalho, consumo, comunicação. Ou seja, estamos diante de um novo sentido de viver juntos.

Além do conceito de descidanização e despolitização, o autor nos fala ainda de *desglobalização*. Sem pensar tais perspectivas, não é possível explorar as mudanças no sentido civilizatório, em nossos papéis de cidadãos-consumidores-usuários. Os desejos de se desglobalizar crescem ao pensar na globalização como a culpada por ter devastado empregos e benefícios sociais, derrubado a capacidade aquisitiva de salários, feito desaparecer direitos e garantias, especialmente para os jovens que, na obra, recebem especial atenção. Ao mesmo tempo, as tecnologias digitais e a globalização nos fazem crer que estamos mais informados, temos mais entretenimento, maior espaço de participação e debate, acesso a bens e serviços que não estão restritos às nossas nações. A questão é que a globalização, afinal, é funcional, mas para o capital e para a manipulação algorítmica de dados, não para a vida cotidiana de consumidores e cidadãos que, para gozar dos benefícios da conexão global, vivem com o fantasma da coleta e venda de dados pessoais. “Só o que ao final parece ter-se globalizado é a sensação de que quase todos perdemos”<sup>3</sup> (García Canclini, 2019, p. 10).

E perdemos, ainda e mais um pouco, na passagem de cidadãos midiáticos a monitorados. A *videopolítica* – ideia que remete a sua perspectiva de teleparticipação (García Canclini, 2000) – marca uma fase anterior da comunicação de massas na qual a opinião pública passou a ser gestada nas telas, nos aparatos midiáticos, mas agora experimentamos uma remodelação da cidadania. E de comunicação. Das ruas às telas, das telas aos dados. Vivemos, neste momento, argumenta o autor, uma *governabilidade algorítmica* e as ambivalências da descidanização tanto complicam quanto expandem os novos pactos entre cidadãos e poderes digitais. Mas tanto nestas duas etapas da comunicação, como nas duas formas de governabilidade, é verdade que partidos políticos extraviaram sua credibilidade e capacidade de representação de interesses públicos, e os meios se apoderaram desse lugar, fundamental, de intermediação e deliberação social.

<sup>3</sup>No original: “Lo único que al final parece haberse globalizado es la sensación de que casi todos perdemos”.

A questão é que as visões utópicas da internet acreditaram poder controlá-la democraticamente, de modo compartilhado e deliberado, mas, na verdade, dados não são independentes de quem os usa e nem podem garantir um futuro planejado, racional e, quiçá, democrático. No cenário da governabilidade algorítmica a coleta dados é feita por empresas privadas com fins de marketing e publicidade e não com fins específicos a partir de solicitações feitas pelos governos, como na sua etapa anterior, a governabilidade estadística.

Eis, para García Canclini, (2019) a importância de pensar nos jovens – o que se pode ganhar e o que se perde com suas práticas, modos de transitar, produzir, comunicar e sentir – e nas ferramentas de hackeamento dos sistemas. Com capacidade para exercer forças inovadoras na política e nos modos de participar, os jovens vêm sendo protagonistas de movimentos que questionam o desempenho de governos, a transparência das instituições, inclusive midiáticas, além de terem familiaridade com a nova ambiência das redes. A questão é que seus movimentos, ainda que simbólicos e performáticos em seus inícios, não se desdobram necessariamente em mudanças reais e duradouras. E é entre os jovens que se percebe menos participação em processos eleitorais, já que, para eles, a política não é exercida pela adesão a partidos, mas a causas e, mais ainda, nem mesmo a causas, mas a acontecimentos, “nas marchas e reuniões nas redes, custa passar do duelo à política”<sup>4</sup> (p. 77).

<sup>4</sup>No original: “En las marchas y reuniones en las redes nos cuesta pasar del duelo a la política”.

A observação de como os jovens fazem política não pode estar dissociada da perspectiva da vulnerabilidade, precariedade e desigualdade que os atinge. São eles o grupo mais afetado pelas violências da despossessão que caracteriza o contexto da descidadania e da desglobalização, trata-se da “experiência de sentir-se prescindível”<sup>5</sup> (García Canclini, 2019, p. 64). A precariedade sem direitos, que apareceu primeiro entre os jovens, aumenta com a conectividade digital e espalha-se em outros setores com o crescimento de empresas que fazem seus negócios em plataformas. É junto com a potência juvenil que a cultura hacker aparece como um lugar para incomodar o sistema. Ainda que respirem, as formas mais tradicionais de fazer política parecem agonizar, há descrença em partidos e políticos, desestabilizações de sentidos de pertencimento, segurança e futuro e uma nova organização sociocomunicacional. É nesse contexto que surgem os fascínios pelos autoritários, a escolha por políticos que não representam a maioria, mas são eleitos, e também a aceitação de saídas incômodas e um tanto urgentes, assim como aquelas propostas pela cultura hacker. García Canclini (2019) vê valor político em determinados tipos de hackeamentos, aqueles que expõem coisas que governos gostariam de deixar sem visibilidade, por exemplo, pois, ainda que não desmontem todo o conjunto do sistema, fazem desabar as pretensões de controle total. Mas nós também somos hackeados quando

<sup>5</sup>No original: “La experiencia de sentirse prescindible”.

governos e empresas coletam, subtraem nossos dados – não apenas dados para uma finalidade específica, mas uma miríade deles – que são manipulados e depois usados para tentar nos controlar e nos manter em valorosa disciplina.

Trata-se de uma *economia de isca*, um *capitalismo eletrônico*, no qual empresas como o Google oferecem serviços pelos quais não pagamos em dinheiro, mas que muito nos custam: entregamos, afinal, nossas informações mais pessoais. E que serão usadas contra nós. Há uma combinação perigosa de opacidade dos algoritmos e transparência de nossos dados e esse vínculo, tanto desigual quanto assimétrico, desorganiza nossa capacidade de desempenhar nosso papel como cidadãos. Deveríamos, adverte o autor, estar conduzindo perguntas mais radicais do que em qualquer tempo anterior sobre o tipo de hegemonia que vem se instalando. Aí, então, é preciso repensar o consumo.

García Canclini (2019) diz que hoje não é mais possível sustentar uma frase como a que intitulou um capítulo de *Consumidores e cidadãos* (1997): o consumo serve para pensar. Ora, o consumo continua a não ser o lugar da irracionalidade ou do exercício dos impulsos, mas passamos do consumo reconhecido naquele momento, como ir a uma loja ou ao cinema para um que se dá pelo acesso a bens e conteúdos disponíveis em plataformas, nas múltiplas telas. Consumo e acesso hoje servem para pensar. E para sentir. E daí a importância de pensar a questão dos afetos, como se reconfiguram em suas certezas e desamparos quando há a ideia de que aplicativos podem substituir instituições. Os afetos estão vinculados aos desejos – os quais detonam reações contra a repressão do capital que nos impede de atendê-los – e às crenças – em líderes, movimentos, partidos. Mas também nos frustramos nesse processo de empoderamentos e perdas, e novos pensamentos socioeconômicos e políticos, sem dúvidas, são construídos no consumo e no acesso. E nos laços e encontros com o outro. São duas as linhas de análise usadas pelo autor para pensar a condição atual da cidadania: o sociocultural (por uma variedade de investigadores e movimentos de “rebelião”) e o determinismo biotecnológico (Noah Harari).

Ainda que o nome do livro e sua leitura possam levar a um pessimismo, García Canclini (2019) nos dá saídas e esperanças. São três as tarefas básicas para sermos cidadãos neste cenário em que novas e contraditórias perguntas aparecem: reconstruir um sentido não dogmático da heterogeneidade; reconhecer que precisamos ter algo para esperar, desejar; e saber que os conteúdos dessa esperança, assim como as formas de realizá-la, são variados, estão sendo construídos e pedem por testes racionais e demonstráveis. Assim, podemos voltar às manifestações chilenas de 2019. Não é estranho que jovens e aposentados lutem juntos, nem que as demandas sejam tão diferentes quanto o não aumento de alguns centavos na passagem ou a mudança completa da constituição nacional.

Trata-se muito mais da renovação de estratégias e lideranças, de produzir laços, de voltar a crer e ter esperança diante da arrogância das tentativas de controle do social, dos afetos, das linguagens e das redes. ■

#### REFERÊNCIAS

- García Canclini, N. (1997). *Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização*. Editora UFRJ.
- García Canclini, N. (2000). *Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade* (3ª ed.). Edusp.
- García Canclini, N. (2019). *Ciudadanos reemplazados por algoritmos*. Calas.
- Montes, R. (2019a, 21 de outubro). Piñera reage a protestos no Chile: Estamos em guerra. *El País*. <https://bit.ly/2Zp6VIX>
- Montes, R. (2019b, 26 de outubro). Mais de um milhão de pessoas protesta no Chile na maior marcha pós-Pinochet. *El País*. <https://bit.ly/2Zltqy2>

---

Artigo recebido em 06 de setembro de 2020 e aprovado em 15 de setembro de 2020.